

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Por uma Abordagem Decolonial das Teorias da Prática: crítica à ontologia plana e às ausências onto-epistêmicas

Marcelo de Souza Bispo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13299>

Submetido em: 2025-09-09

Postado em: 2025-09-12 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

POR UMA ABORDAGEM DECOLONIAL DAS TEORIAS DA PRÁTICA: CRÍTICA À ONTOLOGIA PLANA E ÀS AUSÊNCIAS ONTO-EPISTÊMICAS

Marcelo de Souza Bispo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5817-8907>.

<marcelodesouzabispo@gmail.com>

Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-graduação em Sociologia, João Pessoa, PB, Brasil.

RESUMO: Neste ensaio, proponho uma abordagem decolonial às Teorias da Prática ao destacar os pontos cegos epistemológicos e ontológicos das perspectivas dominantes anglo-eurocêntricas. Embora as Teorias da Prática atuais tenham contribuído para dismantlar dualismos e repensar a agência, frequentemente negligenciam as histórias coloniais, assimetrias de poder e dinâmicas interseccionais pelas quais as práticas sociais emergem e se sustentam. Explorar as limitações analíticas da ontologia plana revela como a suposição de simetria ontológica pode obscurecer as condições históricas e geopolíticas de produção de conhecimento. Em vez de rejeitar as Teorias da Prática, este ensaio as reposiciona dentro de um horizonte decolonial mais amplo ao sugerir inspiração nos conceitos de ontologias de fronteira e insurgentes. Essa orientação onto-epistêmica permite que estudiosos interroguem não apenas como as práticas se desenrolam, mas também quem está autorizado a praticar, sob quais condições e com quais consequências. Concluo com um conjunto de perguntas orientadoras para apoiar pesquisas empíricas que abracem a historicidade, as relações de poder, o conflito e a diversidade epistêmica.

Palavras-chave: prática social, colonização, ontologias, estudos críticos, decolonização.

FOR A DECOLONIAL APPROACH TO PRACTICE THEORIES: CRITICISM OF FLAT ONTOLOGY AND ONTOEPISTEMIC ABSENCES

ABSTRACT: In this essay, I propose a decolonial approach to Practice Theories by highlighting the epistemological and ontological blind spots of dominant Anglo-Eurocentric perspectives. While current Practice Theories have contributed to dismantling dualisms and rethinking agency, they often neglect the colonial histories, power asymmetries, and intersectional dynamics through which social practices emerge and are sustained. Exploring the analytical limitations of flat ontology reveals how the assumption of ontological symmetry can obscure the historical and geopolitical conditions of knowledge production. Rather than rejecting Practice Theories, this essay repositions them within a broader decolonial horizon by suggesting inspiration from the concepts of border and insurgent ontologies. This onto-epistemic orientation allows scholars to interrogate not only how practices unfold, but also who is authorized to practice, under what conditions, and with what consequences. I conclude with a set of guiding questions to support empirical research that embraces historicity, power relations, conflict, and epistemic diversity.

Keywords: social practice, colonization, ontologies, critical studies, decolonization.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as teorias da prática têm sido amplamente adotadas nas ciências sociais como uma alternativa convincente aos modelos explicativos estruturalistas e individualistas da ação social. Ao substituir categorias tradicionais de análise por práticas sociais como unidades primárias de investigação, essas teorias têm contribuído para repensar conceitos como agência, conhecimento e mudança social (Gherardi, 2019; Schatzki, 2001, 2016a; Nicolini, 2012). No entanto, apesar dessas contribuições, as abordagens dominantes continuam operando dentro de uma gramática onto-epistêmica que frequentemente ignora os legados coloniais, as exclusões epistêmicas e as hierarquias geopolíticas que moldam as práticas sociais e os próprios sistemas de conhecimento.

Este ensaio propõe uma abordagem decolonial às teorias da prática ao destacar os pontos cegos epistemológicos e ontológicos que limitam sua capacidade de engajar-se com os legados da colonialidade. A proposta não busca descartar essas teorias, mas reposicioná-las dentro de um horizonte onto-epistêmico mais amplo, inspirado em ontologias insurgentes e de fronteira. Tal deslocamento permite que pesquisadores não apenas descrevam como as práticas se desenrolam, mas interroguem quem tem permissão para praticar, de onde, com quais saberes e com quais consequências.

Argumento que essa reorientação é necessária por duas razões principais. A primeira diz respeito ao modo como essas teorias vêm sendo aplicadas em pesquisas empíricas, particularmente — mas não exclusivamente — nos campos de estudos organizacionais e de gestão. Mesmo em outros domínios, como os estudos sobre transições sustentáveis e práticas da vida cotidiana, o uso das teorias da prática frequentemente reproduz pressupostos eurocêntricos e negligência as condições sócio-históricas, políticas e epistêmicas pelas quais as práticas são constituídas. A segunda razão é mais profunda: mesmo as formulações conceituais centrais de algumas abordagens teóricas revelam silenciamentos, sobretudo ao tratar práticas como ontologicamente simétricas, naturalizando uma suposta equivalência entre diferentes corpos, lugares e saberes.

Portanto, o objetivo deste ensaio é contribuir para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa decolonial baseada em práticas sociais, comprometida com o reconhecimento da pluralidade epistêmica, com a crítica às hierarquias do saber e com o engajamento com os conflitos que atravessam as práticas sociais. Ao longo do texto, argumento que não se trata de substituir uma ontologia por

outra, mas de fomentar uma atitude onto-epistêmica modesta, crítica e relacional — capaz de dialogar com formas de conhecimento historicamente marginalizadas e de questionar as bases de nossas próprias ferramentas analíticas.

1. A PRÁTICA DA COLONIZAÇÃO E A PERSPECTIVA DECOLONIAL

A prática da colonização não terminou com a independência das nações colonizadas. Ela continua a se manifestar nas esferas econômica, política e cultural da vida (Quijano, 1992; Collins, 2019), influenciando outras áreas como a educação e a ciência, o que gera dominação epistêmica (Castro-Gómez, 2005; Ibarra-Colado, 2006; Maldonado-Torres, 2008; Mignolo, 2009; Abdallah, 2024). A forma sutil de legitimar essa dominação epistêmica é sustentada pelo argumento da excelência ou da qualidade garantida por rankings (Nkomo, 2009; Münch, 2013; Enslin & Hedge, 2023; Sauerbronn et al., 2023).

Essa sutil neocolonização (Collins, 2019) reforça a hegemonia anglo-eurocêntrica. Tipicamente, silencia os conhecimentos produzidos na periferia, colocando a academia periférica em uma posição subalterna (Alatas, 2003). Os rankings geralmente legitimam o racismo epistêmico (Maldonado-Torres, 2008) e desconsideram a alteridade epistemológica (Castro-Gómez, 2005), criando um efeito de performatividade (Callon, 1998) que endossa a colonização. O Giro Performativo (Gond et al., 2016) destaca que o significado da teoria vai além de sua capacidade de explicar fenômenos; ela também possui potencial normativo. Se toda teoria beneficia alguém ou algo, é razoável supor que possa reproduzir dinâmicas de poder coloniais (Ballestrin, 2013). A abordagem decolonial pode ser lida como um contraponto e resposta à tendência histórica da divisão do trabalho nas ciências sociais (Alatas, 2003), em que o Sul Global fornece experiências, enquanto o Norte Global teoriza e as aplica (Connell, 2012).

O problema de uma visão exclusivamente anglo-eurocêntrica das Teorias da Prática reside em dois pontos principais. O primeiro é teórico, pois as teorias costumam ser assumidas como gerais/universais, mas desconsideram que os autores não o são. Os autores escrevem com base em seus contextos e experiências, que não abrangem todos os territórios e modos de vida. Isso significa que uma perspectiva teórica nas ciências humanas e sociais é situada, ainda que possa ressoar em outros contextos sociais.

O segundo é metodológico, já que as Teorias da Prática dominantes atualmente orientam a forma como as práticas sociais são investigadas. Os elementos enfatizados em cada teoria da prática influenciam as escolhas metodológicas dos pesquisadores. Por exemplo, para aqueles que adotam uma perspectiva prática schatzkiana (2001, 2002, 2005), o foco está em identificar o nexo de fazeres e dizeres por meio de compreensões, regras, inteligibilidade e estrutura teleoafetiva — assumindo uma ontologia plana. Para os que adotam a abordagem gherardiana (2019, 2022), o fazer coletivo informado deve examinar o agenciamento de agências humanas e não humanas. E aqueles que partem da perspectiva shoveniana (Shove et al., 2012) prestam atenção especial aos significados, competências e ao material.

Independentemente das diferenças entre essas perspectivas sobre práticas sociais, todas compartilham uma característica comum com as teorias sociais ocidentais: colocam muito mais ênfase na explicação da ordem social do que na explicação de aspectos socio-históricos, políticos e interseccionais dos fenômenos sociais (Collins, 2019). Esses elementos estão relacionados a diferentes formas de relações de poder nas práticas sociais, as quais podem moldar as escolhas metodológicas.

2. SIMETRIA ONTOLÓGICA E SEUS LIMITES: RUMO A UMA TEORIA DA PRÁTICA DECOLONIAL

A razão para propor uma abordagem decolonial às teorias da prática reside nos pontos cegos da perspectiva dominante anglo-eurocêntrica atual, que ignora questões coloniais na produção do conhecimento científico (Collins, 2019; Śliwa et al., 2025). Esses pontos cegos obscurecem as condições coloniais e geopolíticas pelas quais as práticas sociais emergem, evoluem e se reproduzem. As Teorias da Prática dominantes tendem a homogeneizar as experiências dos praticantes, pressupondo que todos têm a mesma experiência e agência dentro das práticas sociais, minimizando as relações de poder e deixando de lado tensões e conflitos. As Teorias da Prática, nesse sentido, assumem uma abordagem de totalidade (Alkemeyer et al., 2017; Koddenbrock, 2017), em que a ordem social parece caracterizada por um consenso universal.

Quando as Teorias da Prática — e os pesquisadores que delas se valem — negligenciam as dimensões socio-históricas, políticas e interseccionais das práticas, limitam sua capacidade de compreender a complexidade dos fenômenos globais (Everts, 2016; Schatzki, 2016b). Essa limitação se torna especialmente evidente ao lidar com os chamados grandes desafios, como fome global,

pobreza, exploração do trabalho, analfabetismo, doenças infecciosas, racismo, migração forçada, degradação ambiental e mudanças climáticas (Jamali et al., 2021). Esses desafios não são meramente resultado de ações humanas dispersas e isoladas. Eles são historicamente constituídos por práticas coloniais e exploratórias duradouras que moldaram a ordem global.

Como argumenta Ha-Joon Chang (2002), os países hoje mais ricos construíram sua prosperidade por meio de intenso protecionismo, extração colonial e arranjos institucionais projetados para preservar suas vantagens. Uma vez consolidados, passaram a defender o livre comércio e a liberalização, 'chutando a escada' que usaram para subir. Esse esquecimento histórico distorce os discursos contemporâneos de política e pesquisa ao apresentar os grandes desafios como responsabilidades compartilhadas — ocultando o fato de que muitos desses desafios são consequências de séculos de apropriação de recursos, coerção do trabalho e imposição de conhecimentos. Assim, tratá-los como fenômenos a-históricos praticados no presente naturaliza uma falsa equivalência entre aqueles que historicamente se beneficiaram da extração colonial e os que continuam a suportar suas consequências.

Um artigo recente, “Tackling Grand Challenges: Insights and Contributions From Practice Theories” (Danner-Schröder et al., 2025), exemplifica essa tendência. Embora enfatize que os grandes desafios são produzidos por ações situadas e mundanas, e defenda uma abordagem relacional e não dualista, o artigo — com exceção da contribuição de Feldman e Pentland — falha em interrogar criticamente as origens históricas dos próprios desafios. As contribuições assumem implicitamente que todas as nações e povos têm responsabilidade e capacidade equivalentes para resolvê-los. Isso reforça o que Patricia Hill Collins (2019) identifica como uma limitação central das teorias sociais ocidentais: o foco na ordem social, negligenciando o caráter conflituoso, historicamente moldado e carregado de poder das práticas sociais.

Quando a gênese colonial dos grandes desafios é ignorada, a análise das práticas contemporâneas corre o risco de reproduzir as mesmas lógicas que criaram essas crises. Por exemplo, a recorrente incapacidade das Conferências das Partes da ONU (COPs) de alcançar acordos vinculantes reflete mais do que interesses nacionais divergentes. Ela revela capacidades assimétricas, dívidas históricas e disputas sobre responsabilidades que emergem dos legados coloniais (Harvey, 2024; Mouterde, 2024). Compreender esses impasses exige mais do que descrever práticas atuais — requer desvendar as práticas passadas que forjaram as realidades de hoje e continuam a influenciar

quem participa, como e com quais interesses em jogo. Isso revela que as práticas atuais de negociação não são falhas isoladas de cooperação, mas continuidades de modos de ação historicamente privilegiados que favorecem certos atores enquanto marginalizam outros.

Uma abordagem baseada em práticas decoloniais começa reconhecendo que toda prática é situada historicamente. Isso não significa apenas reconhecer sua inserção temporal ou espacial, mas entender que as práticas atuais carregam os traços sedimentados de encenações passadas, moldadas por relações de poder que são reproduzidas na própria forma como essas práticas se desenrolam — por meio de exclusões, privilégios e assimetrias na participação e no reconhecimento. Essas relações não operam fora ou acima das práticas, mas estão entrelaçadas no modo como elas ocorrem — quem pode participar, cujo conhecimento é validado e quais interesses são preservados ou desafiados. Nesse sentido, a suposição de ontologia plana (Schatzki, 2016a) torna-se problemática: ela nivela o campo analítico, mascarando como algumas práticas têm raízes históricas na dominação e outras na resistência.

A noção de “ontologia plana” tem suas raízes na filosofia pós-antropocêntrica, particularmente no giro ontológico promovido por pensadores como Bruno Latour (2005), Manuel DeLanda (2006) e outros autores associados ao realismo especulativo e à teoria ator-rede. A ideia central é que não há hierarquias ontológicas entre diferentes tipos de entidades — humanos, objetos, discursos, tecnologias, instituições — todos são considerados igualmente relevantes na constituição da realidade. Essa ontologia busca superar dicotomias modernas, como sujeito/objeto ou natureza/cultura, e promove uma visão simétrica do mundo social e material. Nas teorias da prática, particularmente na abordagem de Theodore Schatzki, a ontologia plana se expressa na rejeição aos dualismos e na ênfase na co-emergência entre práticas e arranjos materiais como constituintes do mundo social (Schatzki, 2012, 2006).

Embora a ontologia plana tenha se mostrado útil para dissolver hierarquias ontológicas herdadas do pensamento modernista, ela apresenta limitações importantes quando aplicada à análise de práticas sociais em contextos marcados por assimetrias históricas, políticas e epistêmicas. Ao posicionar todos os elementos de uma prática no mesmo nível ontológico, corre-se o risco de apagar relações de poder, dominação e exclusão que permeiam tais práticas. Isso se torna especialmente problemático ao lidar com a colonialidade do poder, do ser e do saber (Quijano, 2000; Ballestrin, 2013), ou com a interseccionalidade como dimensão constitutiva da vida social. A ontologia plana

pode tornar invisíveis os marcadores sociais da diferença por não oferecer ferramentas analíticas robustas para examinar como práticas específicas reproduzem ou resistem a desigualdades estruturais baseadas em raça, gênero, classe ou geopolítica. Em contextos periféricos ou subalternos, como argumentam pensadores decoloniais, é precisamente a hierarquização histórica de saberes e corpos que deve ser visibilizada — algo que requer uma ontologia sensível à diferenciação e à luta, e não apenas à simetria e à equivalência.

Essas limitações não são apenas metodológicas ou empíricas, mas revelam um problema ontológico mais profundo. A ontologia plana, ao rejeitar hierarquias ontológicas e promover a simetria, apoia-se em pressupostos epistemológicos que, embora críticos ao modernismo, ainda carregam um impulso universalista que oculta as condições geopolíticas e coloniais da produção de conhecimento. Como afirma Aníbal Quijano (2000), a colonialidade do saber opera universalizando perspectivas locais (eurocêntricas) e tornando ilegítimos outros modos de saber. Walter D. Mignolo (2003) e Catherine Walsh (2005) também enfatizam que todo conhecimento é situado e implicado em relações de poder, o que significa que nivelar ontologias pode se tornar, em si, uma forma de silenciamento epistêmico.

Mesmo quando a ontologia plana — como no trabalho de Schatzki — admite a existência de contestação e exclusão dentro das práticas por meio do conceito de estruturas teleoafetivas (Schatzki, 2002, 2005), ela não aborda plenamente os regimes coloniais de verdade e as hierarquias epistêmicas que autorizam algumas práticas enquanto deslegitimam outras. Da mesma forma, Girei (2017) e Dixit (2023) mostram como epistemologias eurocêntricas continuam sendo reproduzidas nos estudos organizacionais por meio de mecanismos de impunidade epistêmica e exclusão ontológica.

A epistemologia pós-humanista da prática de Silvia Gherardi (2022) representa uma contribuição importante ao romper com a dicotomia sujeito-objeto e ao enfatizar as dimensões sociomateriais e performativas da organização. Sua noção de agenciamento, inspirada em Deleuze e Guattari, mostra que a agência emerge de configurações heterogêneas entre humanos e mais-que-humanos, desestabilizando a figura cartesiana do sujeito racional. Suas propostas de métodos pós-qualitativos e a atenção à estética e à corporeidade oferecem ferramentas valiosas para desafiar o epistemicídio da razão moderno-colonial (Gherardi, 2019).

Contudo, Gherardi não dialoga explicitamente com a literatura decolonial nem com autoras como Maria Lugones (2014) ou Oyèrónké Oyěwùmí (1997), que expõem como a colonialidade moldou as categorias ontológicas e epistemológicas com as quais analisamos o mundo social. Sua epistemologia, embora avançada, ainda opera dentro de uma gramática onto-epistêmica que não confronta completamente as hierarquias racializadas, generificadas e geopolíticas que estruturam o conhecimento. Como argumentam Martyna Śliwa et al. (2025) em sua defesa da modéstia ontológica, reconhecer os limites epistêmicos dos paradigmas dominantes é um passo crucial rumo à decolonização.

Outra importante contribuição às vertentes anglo-europeias das Teorias da Prática é o trabalho de Elizabeth Shove, que oferece recursos analíticos valiosos para examinar como a vida cotidiana é configurada, reproduzida e conectada a domínios sociais mais amplos (Shove et al., 2012; Shove, 2022; Shove et al., 2024). Sua abordagem apresenta críticas relevantes às explicações individualistas e comportamentais, enfatizando as dimensões relacionais e materiais das práticas sociais. No entanto, apesar de sua riqueza conceitual, seu trabalho tende a se manter afastado das questões relativas às histórias coloniais, assimetrias geopolíticas e dinâmicas interseccionais que moldam a distribuição e a legitimidade das práticas ao longo do tempo e do espaço. Assim, embora analiticamente produtiva, essa vertente pouco engaja com as condições históricas e epistêmicas que uma perspectiva decolonial busca evidenciar e enfrentar.

Diante disso, argumento que é necessário ir além da simetria ontológica e avançar em direção a uma ontologia de fronteira (Mignolo, 2000) ou ontologia insurgente (Escobar, 2020), que reconheça o entrelaçamento entre epistemologia, ontologia e a geopolítica do conhecimento. Essa abordagem permitiria que a teoria da prática não apenas descrevesse como as práticas se desenrolam, mas também questionasse quem tem permissão para praticar, de onde, com quais saberes e com quais consequências. Tal deslocamento onto-epistêmico não rejeita a teoria da prática, mas busca decolonizá-la desde dentro, abrindo espaço para o diálogo com saberes insurgentes e corpos historicamente silenciados. A tabela 1 traz uma comparação da discussão realizada aqui.

Dimensão	Ontologia Plana	Ontologia de Fronteira	Ontologia Insurgente
Hierarquia ontológica	Rejeita hierarquias: tudo está no mesmo nível analítico.	Reconhece fronteiras entre sistemas de conhecimento, enfatizando assimetrias históricas.	Confronta ativamente hierarquias coloniais; propõe ontologias situadas e insurgentes.
Origem teórica	Bruno Latour, Manuel DeLanda, Gilles Deleuze; pós-humanismo ocidental.	Walter Dignolo; giro decolonial latino-americano.	Arturo Escobar, Maria Lugones, Oyèrónkẹ Oyèwùmí; práticas de resistência do Sul Global.
Agência	Distribuída entre humanos e não humanos (ex.: objetos, discursos, artefatos).	Condicionada por localizações epistêmicas e coloniais; agência é situada.	Agência coletiva enraizada em lutas sociais e ontológicas a partir das margens.
Historicidade	Pouca ênfase nas histórias coloniais ou raciais que moldam práticas.	Centraliza a história da colonialidade e epistemologias marginalizadas.	Afirma histórias de resistência como constitutivas do ser e da prática.
Geopolítica do conhecimento	Raramente abordada; assume simetria epistêmica.	Destaca a geopolítica do conhecimento; saberes situados na fronteira.	Rejeita o universalismo ocidental e valida saberes insurgentes.
Relação com a modernidade	Implícita ou acrítica; frequentemente oculta raízes modernistas.	Crítica direta da modernidade/colonialidade como projeto hegemônico.	Rompe com a modernidade como referência; propõe mundos pluriversais.
Epistemologia	Relacional, mas frequentemente universalizante; não racializada.	Epistemologia situada, atenta às zonas de contato e à exclusão.	Epistemologia enraizada na experiência vivida, corporal e comunitária.
Política ontológica	Implicitamente apolítica; foca em simetria e relação.	Reconhece lutas de fronteira como disputas ontológicas.	Funciona como resistência ontológica e ferramenta de criação de mundos.
Crítica decolonial	Considerada limitada ou cega à colonialidade.	Aborda a colonialidade do conhecimento e propõe deslocamento epistêmico.	Encarna a desobediência epistêmica como prática ontológica.

Tabela 1 – Tabela Comparativa de Ontologias

Fonte: Autor.

O contexto sócio-histórico das práticas sociais revela as dinâmicas de poder que criam, reproduzem ou transformam essas práticas (Watson, 2017). O poder é uma força dinâmica que emerge das interações e relações dentro das práticas sociais, influenciando normas e a capacidade de resistir ou inovar em seu interior. Ao examinar as relações de poder, pesquisadores podem compreender melhor como questões de dominação, marginalização e formação de ordens sociais mais amplas desafiam a noção de práticas sociais como consensos harmônicos (Alkemeyer et al., 2017; Koddenbrock, 2017).

Tensões e conflitos nas práticas sociais são indicadores-chave das relações de poder (Watson, 2017). Eles revelam onde e como o poder molda as práticas sociais em sua reprodução e mudança

(Alkemeyer et al., 2017; Koddenbrock, 2017). O que geralmente não é explicitado nas Teorias da Prática é que, embora as práticas sociais representem uma forma estável de organização, isso não significa que todos os praticantes de uma prática aceitem, defendam ou sigam as regras e normas que as caracterizam (Honneth, 2023). Desentendimentos e interesses conflitantes surgem, tensionando ações e comportamentos. O que percebemos como uma prática social é, muitas vezes, a visão dominante ou hegemônica sobre ela, mas isso não quer dizer que as práticas estejam livres de divergências entre seus praticantes. Tensões e conflitos revelam que os praticantes têm experiências diferentes dentro de uma mesma prática social, mesmo quando ocupam o mesmo papel. Isso significa que marcadores sociais da diferença são elementos relevantes para refinar a análise das práticas sociais a partir de uma perspectiva interseccional.

A interseccionalidade (Collins, 2015, 2019; de Saxe & Trotter-Simons, 2021) é útil para identificar, compreender e analisar tensões, conflitos e relações de poder nas práticas sociais. Reconhecer que os praticantes vivenciam as práticas de forma diferente abre espaço para pesquisas mais sofisticadas sobre elas (Collins, 2019). Isso ocorre porque os marcadores sociais da diferença desafiam a noção de consenso global e harmônico nas práticas sociais, revelando que as pessoas vivenciam diferentes relações sociais e de poder com base em seu gênero, raça, religião, classe, nacionalidade e outros fatores. Por exemplo, a forma como pesquisadores vivenciam práticas acadêmicas varia conforme a divisão centro-periferia (Alatas, 2003; Wanderley e Barros, 2019; Srinivas, 2023), entre mulheres e homens (por exemplo, as implicações da maternidade) (Torres & Bispo, 2024), falantes nativos e não nativos de inglês (Boussebaa & Tienari, 2019), entre outros.

3. DECOLONIZANDO A PESQUISA EMPÍRICA

Minha posição neste ensaio em relação à decolonização da pesquisa empírica parte da postura do pesquisador ao assumir uma perspectiva decolonial para investigar práticas sociais, em vez de propor um método bem definido. Concordo que existem muitas possibilidades para estudar práticas sociais (Nicolini, 2017; Gherardi, 2019), e não se trata de um método específico, mas de uma atitude (Hui, 2023). Uma pesquisa empírica decolonial envolve o reconhecimento de que toda prática social é sócio-histórica (e não apenas situada), política e interseccional. Todas essas dimensões exigem maior atenção às relações de poder presentes em uma prática social. Essa postura evita descrever apenas a visão dominante de uma prática, silenciando vozes e posições divergentes dentro dela.

Mais do que oferecer um conjunto prescritivo de técnicas ou etapas pré-definidas, adotar uma abordagem empírica decolonial para o estudo de práticas sociais exige cultivar um modo distinto de investigação — um que comece por problematizar as próprias condições sob as quais as práticas são formadas, estabilizadas e legitimadas. Uma postura decolonial não busca simplesmente incluir vozes marginalizadas dentro de molduras analíticas existentes, mas sim reorientar o foco da investigação para os fundamentos sócio-históricos, políticos e epistêmicos das práticas. Isso implica perguntar como determinadas práticas passaram a ser vistas como normais, quem foi excluído de sua formação e reconhecimento, e como o poder opera não apenas dentro da prática, mas também na definição do que conta como prática. Também significa reconhecer que as práticas estão sempre entrelaçadas a histórias de colonialismo, resistência e violência epistêmica, mesmo quando essas dimensões não são imediatamente visíveis.

Engajar-se com práticas a partir dessa perspectiva requer uma mudança na postura do pesquisador: do foco no que está estabilizado para o rastreamento das tensões, conflitos e silêncios que moldam a possibilidade de uma determinada prática. Isso implica atenção à forma como corpos são posicionados de maneira diferente dentro da mesma prática, como estruturas entrelaçadas de raça, classe, gênero e colonialidade afetam a participação e o reconhecimento, e como a resistência ou contestação é ativada ou suprimida. Importante destacar que tal postura incorpora a modéstia ontológica (Śliwa et al., 2025), reconhecendo a impossibilidade de escapar totalmente do próprio enraizamento epistêmico. Decolonizar a pesquisa empírica sobre práticas, portanto, não é uma questão de técnica, mas de uma reflexividade situada, contínua, e de disposição para se engajar com os terrenos plurais, contestados e muitas vezes desconfortáveis nos quais as práticas se desenrolam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste ensaio, procurei articular os dois níveis da crítica. Por um lado, mostrei como interpretações dominantes das teorias da prática — particularmente em contextos anglo-eurocêntricos — frequentemente falharam em incorporar os legados coloniais e as assimetrias epistêmicas em suas análises empíricas. Por outro lado, argumentei que certos silêncios não são apenas atribuíveis à falta de reflexividade do pesquisador, mas estão embutidos nos pressupostos ontológicos e epistemológicos das próprias teorias. Por exemplo, a dependência da ontologia plana e a concepção do poder como algo emergente do contexto podem obscurecer como arranjos coloniais duradouros continuam a

moldar quem pode agir, o que conta como conhecimento e como as práticas são autorizadas ou marginalizadas. Ao tornar essas sutilezas explícitas, o artigo não rejeita as teorias da prática. Ao contrário, reposiciona-as dentro de um horizonte decolonial mais amplo — um que reconhece que as práticas nunca são inocentes e que sua análise deve estar atenta às histórias e desigualdades que carregam.

Decolonizar as teorias da prática e as práticas de pesquisa é uma iniciativa que busca ampliar a compreensão dos fenômenos sociais nos estudos baseados em práticas. Trata-se de um convite para que estudiosos examinem de perto questões negligenciadas, sub-representadas ou ausentes nas Teorias da Prática Anglo-Eurocêntricas e nas pesquisas empíricas conduzidas sob essas lentes. Essa iniciativa não visa criar divisões entre centro e periferia, mas sim evidenciar a dominação global do pensamento colonial e suas consequências para a pesquisa. Reconhecer os efeitos do pensamento colonial permite que pesquisadores tanto do centro quanto da periferia reflitam criticamente sobre suas práticas e perspectivas de investigação. Embora este ensaio se engaje criticamente com os princípios centrais das teorias da prática, ele permanece aberto ao diálogo e à complementaridade com outras vertentes, reconhecendo que nenhum arcabouço teórico é capaz, por si só, de dar conta da complexidade da vida social.

REFERÊNCIAS

- Abdallah, C. (2024). Against mastery: Epistemic decolonising in the margins of the Business School. *Management Learning*, 56(2), 389-400.
- Alatas, S. F. (2003). Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, 51(6), 599-613.
- Alkemeyer, T., Buschman, N., & Michaeler, M. (2017). Critique in praxis: Arguments for a subjectivation theoretical expansion on practice theory. In M. Jonas & B. Littig (Eds.), *Praxeological political analysis* (pp. 67-84). Routledge.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117.
- Boussebaa, M., & Tienari, J. (2019). Englishization and the politics of knowledge production in management studies. *Journal of Management Inquiry*, 30(1), 59-67.
- Callon, M. (1998). *The laws of the markets*. Blackwell.

- Castro-Gómez, S. (2005). *La poscolonialidad explicada a los niños*. Universidad del Cauca, Instituto Pensar.
- Chang, H.-J. (2002). *Kicking away the ladder: Development strategy in historical perspective*. Anthem Press.
- Collins, P. H. (2015). Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, 41, 1–20.
- Collins, P. H. (2019). *Intersectionality as critical social theory*. Duke University Press.
- Connell, R. (2012). A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(80), 9–20.
- Cozza, M., & Gherardi, S. (2023). Introduction: The posthumanist epistemology of practice theory. In M. Cozza & S. Gherardi (Eds.), *The posthumanist epistemology of practice theory: Re-imagining method in organization studies and beyond* (pp. 1–34). Palgrave Macmillan.
- Danner-Schröder, A., Mahringer, C., Sele, K., Jarzabkowski, P., Rouleau, L., Feldman, M., Pentland, B., Huysman, M., Sergeeva, A. V., Gherardi, S., Sutcliffe, K. M., & Gehman, J. (2025). Tackling grand challenges: Insights and contributions from practice theories. *Journal of Management Inquiry*, 0(0).
- de Saxe, J. G., & Trotter-Simons, B.-E. (2021). Intersectionality, decolonization, and educating for critical consciousness: Rethinking praxis and resistance in education. *Journal of Thought*, 55(1/2), 3–20.
- DeLanda, M. (2006). *A new philosophy of society: Assemblage theory and social complexity*. Continuum.
- Dixit, R. (2023). Caste(d) knowledges: (Self)-problematising epistemic impunity and caste-privilege in academia. *Organization*, 30(2), 358–378.
- Escobar, A. (2020). *Pluriversal politics: The real and the possible*. Duke University Press.
- Enslin, P., & Hedge, N. (2023). Decolonising higher education: The university in the new age of empire. *Journal of Philosophy of Education*.
- Everts, J. (2016). Connecting sites: Practice theory and large phenomena. *Geographische Zeitschrift*, 104(1), 50–67.
- Gherardi, S. (2019). Theorizing affective ethnography for organization studies. *Organization*, 26(6), 741–760.
- Gherardi, S. (2022). A posthumanist epistemology of practice. In *Handbook of philosophy of management* (pp. 99–120). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-65439-9_10

- Girei, E. (2017). Decolonising management knowledge: A reflexive journey as practitioner and researcher in Uganda. *Management Learning*, 48(4), 453–470.
- Gond, J. P., Cabantous, L., Harding, N., & Learmonth, M. (2016). What do we mean by performativity in organizational and management theory? The uses and abuses of performativity. *International Journal of Management Reviews*, 18, 440–463.
- Harvey, F. (2024, November 26). How late deal left a sense of dissatisfaction and betrayal at Cop29 Baku. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/environment/2024/nov/26/how-late-deal-left-a-sense-of-dissatisfaction-and-betrayal-at-cop29-baku>
- Honneth, A. (2023). Existe um interesse emancipatório do conhecimento? Tentativa de responder a uma questão chave da Teoria Crítica. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, 22(53), 15–44.
- Hui, A. (2023). Situating decolonial strategies within methodologies-in/as-practices: A critical appraisal. *The Sociological Review*, 71(5), 1075–1094.
- Ibarra-Colado, E. (2006). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: Thinking otherness from the margins. *Organization*, 13(4), 463–488.
- Jamali, D., Leigh, J., Samara, G., & Barkemeyer, R. (2021). Grand challenges in developing countries: Context, relationships, and logics. *Business Ethics, the Environment & Responsibility*, 30(1), 1–4.
- Jonas, M., & Littig, B. (2017). A praxeological political analysis: An introduction. In M. Jonas & B. Littig (Eds.), *Praxeological political analysis* (pp. 1–12). Routledge.
- Jonas, M., Littig, B., & Wroblewski, A. (Eds.). (2017). *Methodological reflections on practice oriented theories*. Springer International Publishing.
- Koddenbrock, K. (2017). Totality and practices: The dangers of empiricism and the promise of a "logic of reconstruction" in practice-based research. In M. Jonas & B. Littig (Eds.), *Praxeological political analysis* (pp. 141–158). Routledge.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. Oxford University Press.
- Liu, H. (2022). How we learn whiteness: Disciplining and resisting management knowledge. *Management Learning*, 53(5), 776–796.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. In M. T. Ribeiro (Ed.), *Teoria feminista: Debates epistemológicos* (pp. 35–52). EDUFBA.

- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: Contribuciones al desarrollo de un concepto. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Coords.), *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 127–167). Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Mignolo, W. D. (2000). *Local histories/global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton University Press.
- Mignolo, W. D. (2003). *The darker side of the Renaissance: Literacy, territoriality, and colonization* (2nd ed.). University of Michigan Press.
- Mignolo, W. D. (2009). Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. *Theory, Culture & Society*, 26(7–8), 159–181. <https://doi.org/10.1177/0263276409349275>
- Mouterde, P. (2024, November 3). COP16 on biodiversity ends without agreement on crucial issues. *Le Monde*. https://www.lemonde.fr/en/environment/article/2024/11/03/cop16-on-biodiversity-ends-without-agreement-on-crucial-issues_6731410_114.html
- Münch, R. (2013). The colonization of the academic field by rankings: Restricting diversity and obstructing the progress of knowledge. In T. Erkkilä (Ed.), *Global university rankings* (pp. 187–210). Palgrave Macmillan.
- Nkomo, S. M. (2009). The seductive power of academic journal rankings: Challenges of searching for the otherwise. *Academy of Management Learning & Education*, 8(1), 106–112.
- Oyèwùmí, O. (1997). *The invention of women: Making an African sense of Western gender discourses*. University of Minnesota Press.
- Sauerbronn, F. F., Paulo, J., & Faria, A. (2023). Decolonizing-recolonizing curriculum in management and accounting. *Revista de Administração Contemporânea*, 27(6).
- Schatzki, T. R. (2001). Introduction: Practice theory. In T. R. Schatzki, K. Knorr Cetina, & E. von Savigny (Eds.), *The practice turn in contemporary theory* (pp. 1–14). Routledge.
- Schatzki, T. R. (2002). *The site of the social: A philosophical account of the constitution of social life and change*. Pennsylvania State University Press.
- Schatzki, T. R. (2005). The sites of organizations. *Organization Studies*, 26(3), 465–484.

- Schatzki, T. R. (2016a). Practice theory as flat ontology. In G. Spaargaren, D. Weenink, & M. Lamers (Eds.), *Practice theory and research: Exploring the dynamics of social life* (pp. 28–42). Routledge.
- Schatzki, T. R. (2016b). Tracking large phenomena. *Geographische Zeitschrift*, 104(1), 4–24.
- Shove, E. (2022). *Connecting practices: Large topics in society and social theory*. Routledge.
- Shove, E., Blue, S., & Kelly, M. P. (2024). Categorising and cohabiting: Practices as the site of biosocial becoming. *Social Theory and Health*, 22(2), 156–171.
- Shove, E., Pantzar, M., & Watson, M. (2012). *The dynamics of social practice: Everyday life and how it changes*. Sage.
- Śliwa, M., Decker, S., Barros, A. N., Omeihe, K. O., & Prasad, A. (2025). Decolonising the business and management curriculum. *Management Learning*, 56(1).
- Srinivas, N. (2023). Locating the Global South in organization. *Organization*, 30(6), 1202–1210.
- Torres, P., & Bispo, M. de S. (2024). Hidden figures: Women’s experiences in management graduate courses in Brazil. *Organization*, 32(5), 735-755.
- Wanderley, S., & Barros, A. (2019). Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: Towards a Latin American agenda. *Management and Organizational History*, 14(1), 79–97.
- Walsh, C. (2005). Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad. *Signo y Pensamiento*, 24(46), 39–50.
- Watson, M. (2017). Placing power in practice theory. In A. Hui, T. R. Schatzki, & E. Shove (Eds.), *The nexus of practices: Connections, constellations, practitioners* (pp. 169–182). Routledge.
- Yousfi, H. (2021). Decolonizing Arab organizational knowledge: “Fahlawa” as a research practice. *Organization*, 28(5), 836–856.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR DO PAPER

Professor Associado do departamento de administração da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
Atua nos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Administração da UFPB. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Práticas Sociais em Educação e Organizações - PEO.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.